

Entre a autonomia e a excepcionalidade



» GUILHERME FRIZZERA
Doutor em relações internacionais pela Universidade de Brasília (UnB), coordenador do curso de relações internacionais na Uninter

reforma das instituições multilaterais não para esvaziá-las, mas para adaptá-las à multipolaridade do século 21.

Essa divergência de projetos fica ainda mais evidente na forma como tratam a desigualdade e suas consequências, como a migração. Para Lula, a fome e a pobreza estão na raiz da instabilidade e não podem ser enfrentadas com muros. “A democracia perde quando fecha suas portas e culpa migrantes pelas mazelas do mundo”, declarou. Sua resposta foi multilateral e econômica, propondo aliviar a dívida dos países mais pobres, ampliar a ajuda ao desenvolvimento e criar uma tributação global sobre os super-ricos.

Trump, por outro lado, tratou a migração como questão de segurança e ordem. Em sua lógica, o imigrante não é um reflexo da desigualdade, mas uma ameaça que viola a soberania e traz o crime. Sua solução foi clara: “Você vem ilegalmente aos Estados Unidos, você será preso, ou volta para o lugar de onde veio, ou algo pior do que isso”. Assim, um fenômeno social complexo foi transformado em um caso de polícia.

A posição de Lula não é novidade, mas continuidade. Historicamente, a diplomacia brasileira sempre buscou autonomia, entendida como a capacidade de ampliar suas opções e reduzir dependências em relação às grandes potências. Seu discurso reforça essa estratégia de combinar diálogo com os centros de poder e alianças com países em desenvolvimento para ampliar a margem de manobra coletiva.

Esse movimento também reflete uma tradição latino-americana de contestar a ideia de que o poder internacional se resume a peso econômico e militar. No livro *Latin America confronts the United States* (*América Latina confronta os Estados Unidos*, em tradução livre), Tom Long mostra que a região nunca foi mera espectadora. Em diferentes momentos, países latino-americanos conseguiram impor limites a

Washington e até moldar suas escolhas. O Panamá é um exemplo marcante. Um país pequeno transformou a disputa pelo canal em bandeira internacional. Ao levar a questão à ONU, forçou os EUA a negociar tratados que devolveram a soberania panamenha. Não foi a força bruta que venceu, mas a capacidade de internacionalizar a causa e aumentar os custos diplomáticos para Washington.

Outro exemplo veio do Brasil sob Juscelino Kubitschek. Nos anos 1950, diante da recusa de Washington em apoiar um plano de desenvolvimento continental, JK lançou a “Operação Pan-Americana”. Ao ligar o combate ao subdesenvolvimento à segurança do Ocidente na Guerra Fria, transformou a miséria latino-americana em questão estratégica. A iniciativa mobilizou outros líderes, levou à criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento e abriu caminho para a Aliança para o Progresso. Foi um caso em que um ator mais fraco, usando ideias e coalizões, conseguiu influenciar a política da superpotência.

Esses episódios mostram que a América Latina pode agir estrategicamente mesmo diante da assimetria. E ajudam a entender por que o discurso de Lula dialoga com uma doutrina atual de não alinhamento ativo. Em um mundo marcado pela disputa entre Estados Unidos e China, não basta a neutralidade passiva. A proposta é pragmática, engajar com todos os polos sem alinhamentos automáticos, priorizar a integração regional e o multilateralismo como ferramentas para defender interesses próprios.

Na ONU, os dois presidentes simbolizaram caminhos diferentes. Trump apostou na retração soberanista e na negação da cooperação. Lula recuperou a tradição latino-americana de autonomia e apontou para uma reforma da governança global. A escolha entre esses projetos dirá muito sobre o futuro da ordem internacional e sobre o espaço que caberá à América Latina nas próximas décadas.

O pecado original da desinformação



» FERNANDO BARROS
Jornalista e diretor-executivo do Instituto Fórum do Futuro

A COP30 é uma chance histórica de materializar a capacidade de transformadora da gestão, do conhecimento e das tecnologias desenvolvidas pela ciência brasileira. A bioeconomia (conceito sistematizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a FAO, em 2017) reúne, em uma mesma página, os preceitos econômicos que deram origem ao modelo de governança ESG, e os princípios básicos que regulam a justiça social e o equilíbrio ambiental. Nas últimas quatro edições da COP, predominaram versões extremadas, de todos os matizes. Conseguiremos, agora, revelar a bioeconomia como uma ferramenta capaz de conferir sentido amplo a um desenvolvimento efetivamente sustentável?

Falta informação qualificada que traduza o significado das contribuições da ciência. Depois de retrocessos inquietantes, os riscos agora em jogo são muito elevados.

É possível clicar no botão “recomeçar”, com o suporte de princípios básicos universais que têm referenciado a trajetória humana desde a Renascença, no início da evolução do método científico de apuração da “melhor verdade possível”?

Primeiro passo: retirar os vários bodes de uma sala onde a presença de adultos é cada vez mais rara. Essa reigitação requer clareza, transparência e muita luz solar sobre objetivos e propósitos. Entre eles: o respeito à preservação da floresta e da biodiversidade; os direitos dos povos nativos; o combate a todas as formas de ilegalidade, incluindo o desmatamento, o garimpo não licenciado e demais expressões do crime organizado; o direito de acesso ao alimento saudável e suficiente e ao conhecimento e tecnologias que possibilitem a organização eficiente de cadeias produtivas; e a disseminação de práticas como agricultura tropical regenerativa, a nova fronteira da sustentabilidade, que reduz drasticamente o uso de insumos químicos no processo produtivo sem perda de produtividade.

Utopia? Não. Apenas uso aplicado do conhecimento que já existe, mas é indisponível para quem dele precisa. Nos momentos de transição tecnológica, como vimos desde a Renascença, os paradigmas da governança política e econômica global, via de regra, foram sacudidos pelas inovações. Na COP30, o governo criou o cargo de “enviado especial para o combate à desinformação”. O “fato ou fake” é um dos temas desse imbróglio.

Mas falta um canal de diálogo franco e direto com a sociedade, voltado para esclarecer, tangibilizar os resultados concretos que a ciência pode proporcionar, se valorizada. O negacionismo é uma opção suicida. Nos anos 1940/50, o cartoon *O amigo da onça* dominou a cena política nas mídias brasileiras. Sátirico, irônico e crítico, o amigo da onça aparecia em diversas ocasiões desmascarando seus interlocutores, colocando-os nas mais embaraçosas situações. A primeira impressão transmitida pela imagem era sempre totalmente diferente do que realmente estava acontecendo.

Num artigo do *The New York Times*, Thomas Friedman propôs recentemente uma nova abordagem: a “coopetição”, conceito que gestou em parceria com o consultor Craig Mundie, ex-chefe de Pesquisa e Estratégia da Microsoft e coautor, com Henry Kissinger e Eric Schmidt, do livro referência em inteligência artificial *Genesis*.

Sua tese central: o crime organizado absorve inovações melhor e mais rápido que os Estados-nação. Assim, ou os países cooperam na construção de parâmetros regulatórios para instituir a confiança comum nas trocas e negócios, ou vão inviabilizar o comércio internacional. Na “ecologia dos contrários” de Friedman e Mundie, EUA e China serão obrigados a cooperar, assim como União Soviética e Estados Unidos um dia limitaram o uso de armas atômicas.

O desenvolvimento sustentável socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto é importante demais, urgente demais. O mundo leigo (92% dos brasileiros) tem o direito de conhecer o significado de um produto chamado ciência. Iniciar a caminhada ao lado de cientistas brasileiros em direção a futuros desconhecidos e imprevisíveis é uma honra, mas, para a juventude, é uma chance de perceber que resta um caminho de esperança.

A 80ª Assembleia Geral da ONU em Nova York foi palco de duas visões de mundo em choque. De um lado, Luiz Inácio Lula da Silva, com um discurso voltado ao multilateralismo. Do outro, Donald Trump, reafirmando a centralidade dos Estados Unidos. Ao ouvir atentamente, percebe-se que não se tratava apenas de estilos distintos, mas de projetos opostos para a ordem internacional.

Trump falou menos à comunidade internacional e mais à sua base doméstica. Dividiu a realidade entre “nós” e “eles”. O “nós” era seu governo, apresentado como sinônimo de prosperidade e força. O “eles” reunia a administração anterior, a desordem global e até a própria ONU, retratada como ineficaz. Nesse enquadramento, o presidente americano não se colocou como líder mundial, mas como guardião nacional, alguém que substitui a cooperação internacional por uma promessa de salvação doméstica.

Lula seguiu outro caminho. Dirigiu-se ao mundo e colocou o Brasil como voz do Sul Global. Seu “nós” era coletivo, formado por países que enfrentam desigualdade, autoritarismo e exclusão. Seu “eles” não era um adversário partidário, mas as forças que ameaçam a cooperação internacional. Ao afirmar que a pobreza é tão inimiga da democracia quanto o extremismo, ligou problemas internos a uma agenda global de desenvolvimento e paz. Defendeu a

Maurenilson Freire



Alfabetismo funcional entre jovens exige atenção renovada nas políticas educacionais



» ANA LIMA
Pesquisadora e coordenadora do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf)

conseguem realizar tarefas simples, como localizar informações em textos curtos e interpretar gráficos básicos, mas enfrentam dificuldades para lidar com conteúdos mais complexos.

Entre jovens de 15 a 29 anos, 19% estão em situação de analfabetismo funcional e 36%, no nível elementar. Isso significa que uma parcela expressiva da juventude brasileira, mesmo com escolaridade formal avançada, não desenvolveu competências suficientes para interpretar criticamente informações escritas. Muitos não conseguem distinguir com clareza fatos de opiniões, o que compromete sua capacidade de participação cidadã, inserção qualificada no mundo do trabalho ou fruição cultural.

As desigualdades raciais seguem presentes: jovens negros (pretos e pardos) apresentam índices mais altos de analfabetismo funcional (17%), em comparação aos brancos (13%). No nível consolidado de alfabetismo, a diferença também é significativa: 40% entre negros e 53% entre brancos. Esses dados evidenciam que o acesso desigual à educação continua reproduzindo barreiras históricas.

Diante desse cenário, é fundamental que políticas voltadas às juventudes priorizem a melhoria da qualidade da educação básica, sobretudo com atenção especial aos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Garantir que jovens concluam a escolarização obrigatória com domínio consolidado das habilidades de leitura, escrita e raciocínio matemático deve ser objetivo central. Além da escola, é necessário ampliar o acesso a práticas alfabetizantes em espaços

culturais, profissionais e digitais.

A celebração de duas décadas de políticas de juventude não pode prescindir de um compromisso efetivo com a superação das limitações educacionais que ainda afetam milhões de jovens. Investir na garantia do alfabetismo proficiente é investir na capacidade de transformação social e no fortalecimento da democracia.

A aprovação do Plano Nacional de Juventude, demandada pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) em carta enviada ao presidente Lula em junho de 2025, representa uma oportunidade estratégica para enfrentar os desafios que ainda limitam o desenvolvimento pleno das juventudes brasileiras. Mais do que consolidar diretrizes, o plano pode ser um instrumento para priorizar políticas públicas que garantam direitos fundamentais, reconhecendo suas múltiplas realidades — territoriais, raciais, de gênero e geracionais.

Nesse contexto, os dados do Inaf reforçam a importância de incluir o alfabetismo como dimensão estruturante das políticas de juventude. Garantir que jovens tenham acesso a práticas de letramento e numeramento que os levem aos níveis consolidados de alfabetismo é assegurar que possam participar criticamente da sociedade, interpretar dados, produzir cultura e ocupar espaços de decisão. O Plano Nacional de Juventude pode, e deve, ser um marco para que o país avance na construção de uma geração que não apenas esteja na escola, mas que saia dela com condições reais de exercer sua cidadania, com autonomia informacional e capacidade de transformação social.

» MARISA VILLI
Conselheira nacional de juventude no Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e diretora executiva da Rede Conhecimento Social

Em 2025, o Brasil completa 20 anos de políticas públicas voltadas às juventudes. O momento é oportuno para uma análise crítica dos avanços obtidos e dos desafios persistentes. Entre os temas que merecem atenção renovada, está o alfabetismo funcional, cuja evolução revela limitações estruturais na garantia do direito à educação de qualidade. Dados do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) mostram que, entre 2001 e 2024, o índice de analfabetismo funcional caiu de 39% para 29% da população entre 15 e 64 anos. Embora represente uma melhora, o ritmo de redução é lento diante da magnitude do problema.

Paralelamente, o nível elementar de alfabetismo — que corresponde a um domínio básico da leitura, escrita e uso de números — passou a concentrar a maior parte da população. Indivíduos nesse nível